

CORPOS SUBVERSIVOS E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS: DAS PERIFERIAS À UMA IDENTIDADE AFIRMATIVA

Simone Filgueiras Rotondano

Secretaria de Educação da Bahia
simone.rotondano@enova.educacao.ba.gov.br

r

Laureci Ferreira da Silva

Secretaria de Educação da Bahia
lau.narede@hotmail.com

RESUMO

Este estudo apresenta uma discussão sobre as relações entre corpo, identidade e construção do conhecimento no contexto acadêmico de duas professoras de Língua Portuguesa. Trata-se de uma pesquisa autoetnográfica que descreve o processo de construção de conhecimento durante a formação inicial. Os dados da pesquisa englobam registros de narrativas orais e escritas das duas participantes. A geração de dados se deu através de conversas no WhatsApp e telefonemas. A discussão apresentada neste trabalho dialoga com os Estudos Culturais contemporâneos, que apresentam a identidade como processo construído social e discursivamente e o corpo de mulheres periféricas como construção social simbólica. Os resultados apontam para afirmação de identidades subversivas recriadas na fronteira entre a norma e as periferias. Palavras-chave: Corpo, Mulheres periféricas, Identidade, Subversão, Conhecimento.

Palavras-chave: Corpo, Mulheres periféricas, Identidade, Subversão, Conhecimento

ABSTRACT

This study presents a discussion on the relationships between body, identity and knowledge construction in the academic process of two Portuguese language teachers. It is an auto-ethnographic research that describes the process of building knowledge during initial training. The survey data includes oral and written narrative records of the two participants. The data was generated through WhatsApp conversations and phone calls. The discussion presented in this work dialogues with contemporary Cultural Studies, identity as a socially and discursively constructed process and the body of peripheral women as a symbolic social construction that embodies men. The results point to the affirmation of subversive identities recreated on the border between the norm and the peripheries.

Keyword: Body, Peripheral women, Identity, Subversion Knowledge

1 INTRODUÇÃO

Ao enunciar, em meados do século passado, “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” Simone de Beauvoir (2016) além de contradizer a pretensa “natureza” feminina tão explorada pelos discursos médico, religioso, político e cultural da época; adverte para o fato da categoria “mulher” ser uma criação, questiona os papéis sociais de mulher e coloca em

debate o problema da identidade de gênero.

Para além de tal contribuição, esse pensamento influenciou e continua a influenciar milhares de mulheres de diferentes culturas e campos profissionais; fazendo-as questionar o quem são; como chegaram a ser e, se correspondem à normatividade imposta ao gênero, compreendido no sentido de categoria e de limite ditado pelas condições que um dado modelo abrange como marcador identitário de corpos.

Além disso, discursos como o de Beauvoir fizeram emergir outras narrativas e manifestações acerca do corpo feminino protagonizados por mulheres. Durante o século XX, intensifica-se a busca de conhecimento acerca das representações sociais do feminino, mulheres de campos distintos do conhecimento; da literatura, da medicina, da filosofia passam a falar do próprio corpo, a reivindicar direitos, prazeres e a autonomia do seu corpo comenta, Perrot (2005), 2003).

Ainda no século XX, as ciências sociais empreendem esforços para pensar o corpo nas sociedades modernas, desenvolvem estudos para compreender a corporeidade e o processo de identificação, criam teorias para explicar tais fenômenos e passam a questionar, a partir da noção de “diferença”, as identidades uniformizadas e compulsórias.

Hoje também, muitas mulheres continuam a debater os papéis sociais a elas atribuídos; resistem aos estereótipos, à dominação masculina, à subalternização; especialmente a da mulher negra, ao sexismo e à hegemonia intelectual própria do homem-branco. Por essa razão, as autoras deste estudo, duas mulheres pardas, mães, provedoras de suas famílias, oriundas de famílias com pouco poder aquisitivo e pouca escolaridade e professoras da Educação Básica da Rede Pública disseram não para imposições sociais. E foi diante deste cenário que surgiu o seguinte questionamento que orientou essa investigação: Como se deu o processo de construção de conhecimentos no ambiente acadêmico e de subversão das identidades pessoal e profissional desses corpos periféricos?

Motivadas em compreender as questões que envolvem a elaboração do conhecimento e a produção das identidades, vamos discutir, neste artigo, acerca do processo de construção de conhecimentos no ambiente acadêmico e sobre a dinâmica de recriação das identidades pessoal e profissional das participantes da pesquisa.

Para realização deste estudo, optamos pelo pela pesquisa autoetnográfica visto que o fenômeno estudado tem como eixo central as vivências das participantes da investigação, e também, pelo fato da autoetnografia estar próxima da autobiografia, dos relatos sobre si, das histórias de vida e poder ser definida como uma escrita do “eu” e “nós”, visto que permite o ir e vir entre a experiência pessoal e as dimensões culturais de um grupo social, que, neste

estudo, é o de corpos subversivos de mulheres periféricas a fim de apresentar os sabores de (des)sabores vivenciados durante nosso processo de construção de conhecimento e de emancipação.

Na pesquisa, os dados são compostos por narrativas orais e escritas, das participantes do estudo e autoras do texto, registradas em diários de campo, mensagens de WhatsApp. Os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas e para analisar os dados utilizamos a análise de conteúdo. Este trabalho autoetnográfico nos colocou em confronto com nossas próprias histórias e nosso cotidiano, nos fazendo refletir sobre nosso processo de construção de conhecimentos tanto no ambiente acadêmico quanto em nosso ambiente de trabalho.

Para realizar tal discussão dois conceitos foram basilares: as noções de “corpo” da sociologia de Breton (1953) as proposições da filosofia de Foucault (1979) a respeito da correlação “corpo-poder”, e os conceitos de “identidade” e “diferença” dos estudos culturais contemporâneos em Hall (2011), Silva (2000) e Woodward (2007). A fim de continuar nossa discussão, convidamos os leitores a conhecer as mulheres periféricas autoras e participantes da pesquisa.

2 O CORPO E A IDENTIDADE PERIFÉRICA

Eu, Laureci Ferreira da Silva, mulher parda, oriunda da zona rural de Queimadas-BA, pertencente a uma comunidade falante da língua desprestigiada, filha de pais de baixo poder aquisitivo e sem escolaridade, mãe de um rapaz homoafetivo e de uma moça, provedora da família, casada com um homem preto, hoje, sou Professora Doutora em educação, Mestra em Língua e Cultura, Graduada em Letras Vernáculas, pela Universidade Federal da Bahia-UFBA.

Desde 2013 coordeno um grupo de estudos sobre leituras, práticas e saberes, fora do âmbito da universidade. O grupo surgiu durante o meu estudo de doutorado quando convidei três professoras de Língua Portuguesa e uma coordenadora pedagógica para participarem da pesquisa. O objetivo do grupo é me autoformar e formar professoras autoras das atividades que usamos em nossas salas de aula.

Simone, mulher parda, filha de pais de baixo poder aquisitivo e de formação básica, graduada em Letras Vernáculas, Especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal da Bahia- UFBA, professora e ativista social, entra no grupo de pesquisa convidada por mim. A partir desse novo contato, passamos a recuperar memórias de nossas trajetórias acadêmica e profissional; conforme fomos rememorando, damo-nos

conta dos processos de ressignificação pelos quais passamos e ainda estamos a passar, foi recuperando as memórias como estudantes da universidade e como professoras da Educação Básica que nós descobrimos subversivas.

O ponto de partida da reflexão sobre o processo de construção de nossas identidades pessoal e social, foram os encontros com o grupo de pesquisa, esses encontros se configuraram como espaço de interlocução intelectual, cultural e, sobretudo, de socialização da experiência corporal. Os encontros que giram em torno do estudo e pesquisa sobre linguagens e produção do conhecimento, acabam estimulando Simone e eu a outras reflexões e diálogos, encaminhando-nos à longos debates sobre experiências acadêmicas e profissionais compartilhadas por nós no chão da escola ou da universidade.

Assim, passamos a perceber conexões entre os estudos que fazíamos sobre linguagem, corporeidade e identidade e as histórias vividas por ambas, seja como pesquisadora ou ativista, seja como estudantes ou professoras. As leituras no grupo levam a reflexões fora dele, resolvemos transformar nossas histórias e memórias em narrativas denominadas *“Identidades desviantes: intercambiando experiências, saberes e afetos”*.

A nossa discussão nos remete a busca em compreender o corpo a partir da ideia de que no princípio era o corpo, e o corpo estava com a mulher, e o corpo era a mulher. A paráfrase da criação do mundo simbolicamente análoga à criação da mulher sugere que desde o início a mulher estava com o corpo; que o corpo era a própria mulher. Tal sentença longe de ser solução, se tornou um dilema já que, o indivíduo incorporado passou a questionar as identidades atribuídas ao corpo e as posições sociais em função destas identidades.

Ademais, o que é o corpo? Breton (2006, p. 7) escreve que “o corpo é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma”. Nesta concepção, é pela corporeidade que o homem se insere no espaço social; no campo simbólico da relação com o outro, o corpo torna-se assim objeto de representações e imaginários.

Foucault (2007, p.145) considera que “da relação do corpo individual com as estruturas de poder no interior das sociedades modernas surge o corpo social”, em outros termos, as estruturas de poder, por meio do controle e da regulação dos corpos, também por meio da exclusão do indivíduo desviante, vão moldando continuamente o corpo social ideal. Ao compreender tais conceitos, acerca do corpo, nós, Laureci e Simone, vamos nos apropriando do conhecimento sobre os corpos e acerca das significações deles no campo social, descobrimos que nas sociedades modernas existem leis que regem as relações

sociais; padronizam comportamentos sociais e definem quais identidades são legítimas, dessa maneira, percebemos que o espaço social é o campo de batalhas entre poder e corpo, entre o corpo da mulher e as estruturas de poder o que está em jogo é o direito ao corpo.

Por outro lado, o corpo e a identidade aparecem como duas faces de uma mesma estrutura

– o indivíduo. O corpo é a condição para a existência humana afirma Breton (2006, p. 10) *“O corpo quando encarna o homem é a marca do indivíduo, o limite que, de alguma forma, o distingue dos outros”*. Neste sentido, o que vemos é o corpo e não o sujeito que o habita, mas ele, o sujeito, é um invento que resulta da interação entre o corpo e o social. A essa altura, já entendíamos que estávamos em meio a um conflito de identidades gerado pela corporeidade, fato que fica evidente nesta narrativa da professora pesquisadora Laureci:

“Só me dei conta de que sou negra quando a professora orientadora do mestrado me aconselhou a pesquisar qual era minha etnia. Foi assim que entendi que eu era mulher negra e de classe social desprestigiada concorrendo com pessoas brancas ao mestrado de uma universidade pública. Então passei a me questionar sobre meu corpo e sobre as minhas identidades pessoal e social, fui tomada pela consciência da ilegitimidade do meu corpo naquele espaço social. Não havia mais estabilidade; precisava repensar o mundo em que me insiro e os significados de ser mulher periférica nesse mundo.

O relato de Laureci coloca em questão a produção social da identidade como construção vinculada à noção da “diferença” – *Foi assim que entendi que eu era mulher negra e de classe social desprestigiada concorrendo com homens brancos ao mestrado de uma universidade pública* – assim, a identificação se dá pela diferença em relação ao outro: *“homens brancos”*. A divergência entre o que Laureci é e aquilo que não é torna-se o problema, já que ao declarar:

“me dei conta de que sou negra” precisará lidar com as oposições e significações inerentes a tais representações no contexto social em que está inserida.

De modo semelhante, Simone, a professora ativista contou a mim, Laureci, algumas histórias vividas durante a formação acadêmica. Trazemos também esta narrativa porque há certa correspondência entre as nossas histórias, pois ambas tomam consciência dos significados sociais dos seus corpos em contexto bastante semelhante. Vejamos a seguir uma dessas narrativas.

Era aula de literatura brasileira, a professora pós-doutora, solicitou a leitura de um texto de crítica literária sobre a obra de Gregório de

*Matos, no dia da discussão precisávamos expor nossos conhecimentos e apresentar uma leitura crítica. O silêncio denunciava nossa incompetência e estupidez, de forma que mesmo constrangida diante da postura da professora, resolvi expor minhas ideias sobre a obra do referido autor. Foi então que uma voz rasgou alguma confiança intelectual que eu possuía e da qual me orgulhava, a professora disse: **A mediocridade intelectual de vocês me assusta, não entendo como vocês entraram na universidade, não consigo trabalhar assim!** Passei mal, paralisei, sentia-me incapaz, naquele momento entendi que não importava o que eu dissesse, o quanto eu estava sendo autônoma e participativa, o fato é que não consegui dizer o que ela esperava, nem como esperava ouvir. Era nítido o desprezo por aqueles corpos que ali estavam e pela variação linguística que usavam.*

Algo que eu desconhecia apareceu naquela afirmação da professora; o silêncio denunciava a identidade de classe daqueles corpos e a falta de intelectualidade, a diferença entre nós e ela foi o sinal de que eu não era o que pensava ser. Portanto, a classe social a que eu pertencia apareceu como um estigma que desestabilizava as afirmações que, até então, dava-me o sentido de mulher intelectual. O conflito de identidade estava colocado, eu precisa me adequar ao paradigma da academia, mas eu podia ser uma outra mulher? quais as implicações políticas resultam de se constituir um sujeito desviante?

A relação com o outro cria teias de sentidos, atribui valores aos corpos; produz sistemas de aceitação e discriminação decorrentes de juízos produzidos em um dado contexto e momento, mas que ganham status de verdades imutáveis. O corpo carrega os simbolismos construídos no interior de cada sociedade, pesa sobre os corpos das professoras a carga negativa decorrente das marcas identitárias de mulher, negra e de classe social periférica. A consciência do corpo chega para nós em meio às dificuldades e lutas para ocupar e permanecer no espaço acadêmico ao mesmo tempo em que atuamos como professoras.

3 IDENTIDADE E COMPLEXIDADE: AFIRMAÇÃO PELA SUBVERSÃO

Dois tempos dividem nossas existências como mulheres, o primeiro foi do alheamento; aquele em que não tínhamos consciência dos nossos corpos na perspectiva social; não compreendíamos os processos relativos à construção da identidade, também não tínhamos conhecimento acerca dos debates sobre corpo e identidade na modernidade, enfim, não percebíamos a posição social a nós imposta, decorrentes dos simbolismos que

demarcam as identidades no interior de nossa sociedade.

No segundo tempo, o do desconcerto diante do não pertencimento aos padrões sociais legitimados, o momento da desestabilidade frente a dúvida sobre o que somos inaugura a crise de identidade ao mesmo tempo em que nos damos conta da necessidade de repensar as marcas identitárias compulsórias definidas fora de nós. Pela primeira vez, nos reconhecemos periféricas pois percebemos que é no exterior dos nossos corpos que são demarcadas suas identidades de mulher, mulher negra, mulher de classe social desprestigiada e, a partir desse momento, passamos a questionar o domínio social sobre os corpos e a reivindicar o poder aos nossos próprios corpos.

As histórias acadêmicas e profissionais de Laureci e Simone narradas por nós mesmas, subsidiam o entendimento da relação entre corpo e sociedade, passamos a perceber o corpo como um problema social, a identificar pequenas estruturas de poder que formam uma complexa engrenagem de controle e modulação do corpo; enfim, descobrimos o aspecto dual do corpo, ora como mecanismo pelo qual se exerce o poder, ora como sujeito que questiona e desestabiliza o poder. Foucault (2007, p.147) em sua “Microfísica do Poder” nos auxilia na compreensão das políticas do corpo quando registra a interdependência entre corpo e poder e esclarece que só se exerce o poder pela matéria corporificada, “na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder”.

Fundamentadas ainda na perspectiva dos Estudos Culturais de Hall (2011), Woodward (apud Silva 2007) que explica a importância do corpo para o processo de produção das identidades, “o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade”, nós, professoras portadoras de corpos periféricos, compreendemos a problemática da corporeidade e a necessidade de reelaboração de nossas identidades a partir da consciência que vimos construindo à medida que desenvolvemos a pesquisa e buscamos a partir das memórias ressignificar nossas identidades.

Assim, quando Laureci descobre que é negra o faz em função de uma demanda externa, no caso, a professora solicita que reveja sua etnia e, ao repensar sua raça, se descobre negra, ao comparar-se com outra identidade – a professora. Do mesmo modo, quando eu, Simone, me descubro não intelectual e inculta, tenho como referência o outro – minha professora – confirmando o aspecto relacional e simbólico da identificação. Percebemos então, que as características que apontam as novas identificações estão vinculadas a condições sociais e materiais; somos de classe desprestigiada e estamos no

ambiente acadêmico.

Pela experiência e pelas leituras, comprovamos que é na relação social que se processam as marcas de distinção que vão assimilando ou excluindo os sujeitos. São os sistemas classificatórios e representacionais produzidos nas relações de poder, com foco no projeto hegemônico de dominação, que constroem e mantêm as identidades sociais, assim argumenta Woodward (apud Silva 2007) “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentidos às práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído”.

A afirmação da identidade negra ou da identidade intelectual se faz por um processo social de negação – “Laureci é negra”, “Simone é branca”, “Laureci é intelectual”, “Simone é inculta”. Tais construções apoiam-se em marcas distintivas construídas com base numa pedagogia de dominação presente historicamente nas sociedades capitalistas como a brasileira. Afirmar “Laureci é negra” implica em algumas negações; “Laureci não é índia”, “Laureci não é branca” também implica simbolismos decorrentes de ser negra em uma sociedade que privilegia o branco. Da mesma forma, ao afirmar “Simone é inculta” revela-se que “Simone não é intelectual” “Simone não é inteligente”, tal declaração pressupõe falta de mérito social numa sociedade que privilegia o intelectual.

A delimitação da identidade está vinculada à noção de diferença, observem que quando dizemos “Laureci é intelectual” estamos opondo Laureci ao que o outro é: “Simone é inculta”, assim, a afirmação depende da negação; a identificação depende da diferenciação, só há inteireza de uma referenciando a outra, de tal forma que qualquer afirmação de identidade será sempre relacional à afirmação da diferença. Tanto os marcadores de identidade quanto os sinais de diferença camuflam negações, suprimem significações; fazem emergir sistemas de representação produzidos no interior das sociedades por atos linguísticos; por discursos; não são caracteres inatos, são fenômenos socioculturais.

Logo, a palavra “negra” é um signo linguístico composto do aspecto gráfico e do aspecto conceitual formado numa rede de outros conceitos produzidos socioculturalmente que referenciam seus significados a partir da negação. Portanto, “negra” é diferente de “branca” na

forma e nos sentidos que lhes são atribuídos socialmente, dizer que alguém é “negra” equivale a dizer que não é “branca”, demarcando posições sociais desiguais. Sobre esse jogo de construção de sentidos próprio da linguagem Derrida (apud. Silva 2007) escreve “o

signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença”. Depreende-se desta afirmação o caráter de desdobramento da diferença, a nos revelar que o fenômeno da identificação não se limita ao significante, neste caso o signo linguístico “negra”.

Os relatos partilhados entre nós, professoras Laureci e Simone, apresentam de forma prática como as identidades podem ser avaliadas e hierarquizadas segundo interesses de determinado grupo social. Acompanhemos o trecho que compõe a pesquisa no qual Laureci rememora:

Na graduação, eu não falava porque percebia que a minha variante linguística não correspondia às exigências dos professores e não era a língua falada entre professores e estudantes. O tempo passou e, mesmo em níveis mais aprofundados da minha formação, como nos cursos de mestrado e doutorado, percebia sempre o olhar negativo das pessoas para a forma como falava; algumas reações discriminatórias relativas à minha variante linguística e a minha dicção que denunciava minha origem rural.

Fixada a identidade desviante há de se viver sob o estigma dos seus simbolismos. O relato acima, aponta para a hegemonia da norma culta da língua, variante entendida como natural e ideal, classificada como norma em oposição a todas as outras variantes. A hierarquização social da língua, em norma culta e variantes, atribui prestígio à norma e desvalorização às variantes, condenando os falantes das variantes a uma posição periférica de sujeito; desautorizando sua comunicação e sua expressão nos espaços sociais em que as relações de poder são exercidas. Laureci reconhece, na experiência como estudante da universidade, os significados negativos atribuídos à sua identidade linguística em decorrência da superioridade explícita atribuída à norma culta da língua.

Silva (2007) argumenta “Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas”. Assim, a classificação e a hierarquização nada mais são do que alguns dos mecanismos pelos quais o poder é exercido sobre o indivíduo. No relato de Simone encontram-se as marcas do poder sobre a produção das identidades e a classificação como mecanismo de exclusão e silenciamento.

“Durante anos me questioneei quem eu era, como era e poderia ser. Sempre me rondava a sombra da periferia, afinal eu era falante de uma variante linguística desprestigiada, sem recursos financeiros para a aquisição de livros, periódicos e xerox, portanto as leituras eram muito limitadas àquelas feitas na educação básica. Eu era um corpo desconexo, tentando fazer parte do ambiente acadêmico. Não era mera impressão, era algo reafirmado diariamente pela dificuldade em participar oralmente das discussões nas aulas, o silêncio e a invisibilidade era a solução para não renunciar à graduação. Essa condição foi fazendo com que eu não tivesse mais certeza sobre minha identidade e valor”.

Por meio do intercâmbio de experiências e orientadas pelas leituras que fizemos ao longo de nossas formações e durante o desenvolvimento da pesquisa, fomos cruzando fronteiras identitárias, buscando subverter as identificações a nós impostas, fomos explorando outros saberes sobre o corpo, ocupando espaços de produção de conhecimento e de produção cultural, intercambiando saberes comunitários com conhecimentos adquiridos nos processos formais de educação.

A pesquisa aponta outra peculiaridade da produção identitária – a identidade é instável, impermanente e precária – embora eu e Simone sejamos periféricas no espaço acadêmico de produção do conhecimento; vistas como não intelectualizadas, falantes de uma variante social sem prestígio e pertencentes à classe social dos subalternizados e excluídos, no ambiente da escola, atuando no papel social de professoras, ensinamos a norma culta, por isso, somos entendidas como intelectuais, usufruímos dos privilégios de pertencer à categoria dos corpos validados pelo domínio do saber. Dito de outro modo, os mesmos corpos podem experimentar, simultaneamente, duas ou mais identidades sem que uma suprima a outra.

Recorremos ainda à afirmação de Perrot, (2005) *Nosso corpo, nós mesmas*: direitos do corpo, conhecimento do corpo, livre disposição do corpo [...] O silêncio vencido. Uma forma de revolução em suma. Em muitos aspectos: nós vivemos uma revolução. Uma forma de revolução em suma. Em muitos aspectos: nós vivemos uma revolução”, apoiadas nessa proposição, compreendemos as linhas tortas nas quais tivemos que reescrever nossas identidades e validar nossas histórias, enquanto sujeitos sociais historicamente postas à margem, mas empoderadas e afirmativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo expõe a contradição do processo de fixação das identidades e seu caráter ficcional e limítrofe, o mesmo sujeito pode ser *isso ou aquilo, isso e aquilo* em territórios simbólicos distintos, Silva (2007) ajuda-nos a compreender os embaraços resultantes das demarcações das identidades quando afirma, “A possibilidade de “cruzar fronteiras” e de “estar na fronteira”, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter “artificialmente” imposto das identidades fixas”. Tal ambiguidade constitui para nós, mulheres periféricas, uma possibilidade de exercer o poder sobre nossos corpos; de questionar as identidades socialmente determinadas e de subverter tais classificações.

A contradição esteve presente também nas nossas posições, ora como estudantes da universidade, situação em que éramos obrigadas a falar a norma culta da língua mas não correspondíamos, como podemos reler nesse trecho do relato de Simone – *o silêncio e a invisibilidade era a solução para não abrir mão da graduação* –, ora como professoras que deveriam, pelo menos em tese, exigir que os estudantes falassem e escrevessem utilizando a norma, papel que também não conseguíamos desempenhar bem, já que éramos também vítimas da mesma violência expressa por Laureci nesse trecho – *eu não falava porque percebia que a minha variante linguística não correspondia às exigências dos professores e não era a língua falada entre professores e estudantes*. As narrativas são esclarecedoras e tornam possível compreender a condição dos sujeitos da pesquisa, condição fronteira em que precisam se mover por diferentes espaços, rompendo os limites demarcados das identidades de mulher, negra e periférica.

A leitura compartilhada, as experiências e saberes cambiados e a troca de afetos no decorrer da pesquisa, possibilitaram conhecer o lugar de cada uma de nós no campo social, assim como, compreender os aspectos figurativos e performativos de nossas identidades; deciframos que marcações identitárias são construídas no interior de discursos, assim proposições como “Laureci é mulher negra” ou “Simone é mulher inculta” produzem um fato; realizam e efetivam um resultado pessoal e social para nós - uma sentença é dada.

Entretanto, o efeito mais significativo decorrente deste estudo foi o entendimento de que toda identidade é em si um “tornar-se”, um extenso campo de possibilidades; um “poder vir a ser”, então, formamos certa consciência crítica em relação aos processos vivenciados ao longo da nossa formação e no exercício de nossa profissão, nos reapropriamos dos nossos corpos,

das nossas aprendizagens; desenvolvemos a capacidade de subverter a ordem, tornando-nos outras, a partir das fronteiras entre as identidades impostas e outras acessadas acidentalmente. Assim, nos entendemos protagonistas das nossas identidades, capazes de subverter a ordem simbólica gerada pelos mecanismos de comparação, oposição e diferença operada a partir de uma externalidade – o outro.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 6. ed. – Petrópolis, RJ.: Vozes, 2012.
- LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- PERROT, M. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Tadeu da Silva(org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.